



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2017

**MESA:** PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: José Carlos de Oliveira Duque (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

**HORA DE ABERTURA:** 09 horas e 35 minutos.

**PRESENCAS:** Gina Rosa Correia Cardoso (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula Antunes Menezes Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres, em substituição do seu Presidente (PS), Luís Alberto Guimarães Rocha, Secretário da Junta de Freguesia de Pinho, em substituição do seu Presidente (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira, Vogal da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, em substituição do seu Presidente (PS), Eduardo António Pereira da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS). -----

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Francisco José de Matos, Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr.<sup>a</sup> Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Prof. Rogério Fernandes Duarte.

**LOCAL:** Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

**FALTAS:** Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS) e Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD).



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### **ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Aprovação da ata do dia 21-04-2017.
2. Período antes da Ordem do Dia.
3. Período de Intervenção do Público.
4. Assuntos da Ordem do Dia:
  - 4.1 - Análise da Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
  - 4.2 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Adesão à Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2”;
  - 4.3 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Terreno para a construção do novo Quartel dos Bombeiros – Declaração de Interesse Público”;
  - 4.4 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Pedido de Certidão de Interesse Público para instalação de Aviário no lugar de Sobral, Freguesia de Pinho”;
  - 4.5 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Prestação de Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2016”;
  - 4.6 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de S. Pedro do Sul”;
  - 4.7 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Nomeação de Auditor Externo do Município de S. Pedro do Sul”;
  - 4.8 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2017”.

### **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:**

#### Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de março a maio de 2017;
- “Ecos da Gravia”, referente aos meses de abril e maio de 2017;
- Jornal “Associação”, referente ao mês de maio de 2017.

#### Mails:

- Do Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 21/04/2017, a reencaminhar email da Sociedade de Revisores Oficiais a remeter os documentos do Auditor Externo relativos às contas do exercício de 2016;
- Da PROVISEU, datado de 25/05/2017, a dar conhecimento das conclusões do debate sobre acessibilidades à Região Centro, que teve lugar no dia 20 de maio;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 07/06/2017, a remeter informação atualizada sobre o funcionamento da ANAM (escritura pública e alteração dos estatutos).

#### Ofícios:

- Da AEDRL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, datado de 28/04/2017, a propor a assinatura da revista das Assembleias Municipais;
- Do Gabinete do Primeiro-Ministro, datado de 02/05/2017, a acusar a receção do envio da moção “Serviço de Urgência Básica de S. Pedro do Sul”;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Direção-Geral do Tribunal de Contas, datado de 19/05/2017, a informar da homologação da Conta relativa ao Exercício de 2010 e respetivas recomendações;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 19/06/2017, a propor os assuntos a serem discutidos na sessão ordinária de junho de 2017;
- Da Escola de Negócios e Administração, de 19/06/2017, a propor a inscrição da autarquia no Concurso do Saber da Escola Mágica;
- Da Presidência da República, de 20/06/2017, a acusar a receção do envio da moção “Serviço de Urgência Básica de S. Pedro do Sul”.

Justificação de Faltas:

- Do Deputado Municipal André Tiago Santos Matias Almeida, datada de 18/04/2017, à sessão do dia 21/04/2017;
- Da Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva, datada de 16/06/2017, à sessão do dia 30/06/2017;
- Da Junta de Freguesia de Pinho, datada de 22/06/2017, a informar que a Junta de Freguesia se fará representar pelo seu Secretário na sessão do dia 30/06/2017.

Convites:

- Da CPCJ de S. Pedro do Sul, datado de 20/04/2017, para participação no Seminário “+Família...+Felizes”, a realizar no dia 26 de maio na Escola Secundária de S. Pedro do Sul;
- Do Agrupamento de Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de São Pedro do Sul, datado de 25/04/2017, para estar presente nas comemorações do Dia Distrital de Bombeiros, a realizar no dia 14 de maio em S. Pedro do Sul;
- Da PROVISEU, datado de 26/04/2017, para participação no debate sobre acessibilidades à Região de Viseu, a realizar no dia 20 de maio no Auditório da Escola Superior de Tecnologia de Viseu;
- Da Portugal Inovação Social, datado de 27/04/2017, para participação em sessão de esclarecimento sobre “Capitação para o Investimento Social”;
- Da Comissão Organizadora do Simpósio de Metrologia, datado de 30/04/2017, para participação no “5.º SIMPMET – Simpósio de Metrologia 2017”, a realizar no dia 17 de maio no Auditório E do ISEP (Porto);
- Da Câmara Municipal de Viseu, datado de 08/06/2017, para assistir à conferência “Portugal e a Descentralização – Pode ser esta a Reforma do Estado?”, a realizar no dia 14 de junho na Pousada de Viseu.

Verificada a existência de quórum, foi, pelo Presidente da Assembleia Municipal, declarada aberta a presente sessão, começando por fazer uma pequena introdução sobre os trabalhos da Assembleia Municipal: “Fizemos até agora 22 sessões: 19 ordinárias e 3 extraordinárias. 50% destas sessões, ou seja 11 sessões, realizaram-se fora da sede do município, em 11 freguesias, que foi uma estratégia que tínhamos prometido, de tentar envolver mais pessoas na discussão dos assuntos do nosso Município. Tomámos 138 deliberações, 89 das quais, ou seja 2 em cada 3 das deliberações aqui tomadas, foram feitas por unanimidade, o que é interessante ressaltar este aspeto, a democracia funcionou. Acho que lutamos e tentamos fazer tudo pela dignificação do órgão Assembleia Municipal e vamos continuar a fazê-lo. Tentei dar sempre a palavra a todas as



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----  
pessoas que pediam, não temos que estar sempre de acordo, temos que nos ouvir, tem que haver críticas e as coisas funcionam assim. Sobre as presenças, funcionámos a maior parte das vezes com os 35 Deputados Municipais, o mínimo que fizemos foi de 31 pessoas onde faltaram 2 de cada bancada, o que desse ponto de vista acho que funcionou bem.”-----

De seguida, procedeu à análise do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: **Aprovação da ata do dia 21-04-2017**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma, com dispensa da sua leitura, em virtude do seu texto haver sido distribuído previamente por todos os membros. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu, então, à abertura do **Período de Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções:-----

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Apresentou Moção de Pesar com o seguinte teor: “Moção de Pesar - A catástrofe natural e humana que atingiu particularmente as áreas dos municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela e Sertã, entre os dias 17 e 21 de junho corrente, foi má demais. Nenhum incêndio é bem-vindo quando ardem tantos hectares de floresta, fonte de rendimento para tantas famílias. Tal como nunca é bem-vindo quando liquida animais de criação e produtos agrícolas destinados ao sustento básico dos criadores e produtores. Ou quando destrói atividades industriais fundamentais para a empregabilidade local e fixação de populações já de si depauperadas e envelhecidas pelas migrações dos mais novos. Pior, muito pior ainda, quando, num instante, mata 64 seres humanos. Tudo isto nunca antes registado no nosso país. Não cabe, a nós, apurar as razões que levaram a tão nefasto e enlutado desfecho. Especialistas e entidades fá-lo-ão. E saberemos - TODOS! -, certamente, retirar as devidas ilações das ocorrências para que no futuro jamais se repita algo do género. Nós, na área do concelho de S. Pedro do Sul, que também fomos vítimas há cerca de um ano de acontecimento semelhante, embora sem perdas humanas, sabemos bem quanto dói e quanto pesa a incapacidade humana na resposta eficaz às violentas adversidades da Natureza. Por isso, não poderíamos ficar indiferentes ao que vos aconteceu. Por isso, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, expressamos o nosso pesar, através desta moção e de um minuto de silêncio, por todas as vossas perdas, que, irmanamente, as tomamos como nossas. Todos ficámos mais pobres.” De seguida, apresentou a seguinte intervenção: “Num dia em que ocorreram 156 incêndios no país, dia 17 de junho pp, o de Pedrógão Grande e concelhos vizinhos fez história. Pelas piores razões. Não só porque destruiu cerca de 45 000 ha de floresta, segundo o ICNF, mas, sobretudo, porque matou 64 seres humanos, dos quais 47 na estrada, quando fugiam das labaredas. Agora, numa apressada e incompreensível retirada de conclusões, há quem peça a cabeça da MAI e até a do PM. Como se fossem eles a ter de estar no terreno, nas frentes do fogo a determinar a ação de bombeiros e aviões... E aparecem pretensos especialistas da matéria, de toda a espécie e feitio, a dar bitaites, quais treinadores de bancada... Pior quando, quais grifos, não se respeita a dor e o recato dos familiares que perderam entes queridos. Não, não pode ser assim. Haja decoro, sobriedade, juízo. Sim, é importante apurar factos concretos e responsabilidades. E buscar respostas. Por exemplo: Tudo começou com um criminoso rastilho, uma negligência, ou um raio atmosférico? Os primeiros bombeiros chegaram em tempo útil e em número suficiente para atalhar o problema? A coordenação concelhia da Proteção Civil foi célere e agiu como devido? A GNR agiu adequadamente no controlo da circulação rodoviária? Que papel tiveram as JF em



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tudo isto? A que horas, onde e com que intensidade, se verificaram os fenómenos atmosféricos anormais, como o “downburst” que propagou “bolas de fogo” em todas as direções? Houve, ou não, falhas fatais e simultâneas em todas as telecomunicações? E as redes de telecomunicações, antes, funcionavam em todo o lado? Confirma-se, ou não, a descoordenação na Proteção Civil nacional, nomeadamente com os agentes locais (CM, JF, bombeiros) que conheciam o terreno? Não será esse um vazio deixado pelo fim dos Governos Cívicos? O Estado, isto é, a IP, as CM's e as JF's, tinham as bermas das suas vias convenientemente limpas? E os proprietários, todos, tinham os seus territórios florestais limpos e ordenados? Quem se preocupou, até aqui, em descontinuar o coberto vegetal, nomeadamente a monocultura arbórea de alto rendimento, como o eucalipto ou o pinheiro bravo? E todas as propriedades possuíam acessos fáceis e seguros às suas áreas? E os residentes nas aldeias, todos, que fizeram para que a floresta estivesse mais afastada e não estivessem tão vulneráveis ao fogo? Estas é que são algumas das questões que agora carecem de respostas. Com a serenidade necessária, para refletir e todos concluírem. E depois, sim, retirar as devidas ilações e avançar para as mudanças e soluções que tardam há muitos anos. Todo o resto não passa de ruído espúrio e de alguma politiquice, sobretudo alimentada por alguma comunicação social interessada na polémica, sem senso ou nexos, apenas para vender a desgraça. É que, por este andar, ainda se acusará a ministra e o primeiro-ministro de serem os responsáveis pelo incêndio na torre de Londres e pelo outro de três dias, esta semana, no Parque Natural de Donãna, no sul de Espanha... Não, este assunto é sério de mais e não pode valer tanta irracionalidade e ligeireza. Estamos convencidos que, doravante, nada ficará como até aqui, em que a questão florestal foi politicamente minorizada. Não só pela legislação governamental já produzida nos últimos meses, mas também por aquela que a Assembleia da República se presta a aprovar para completar a anterior. Mais que nunca, todos temos noção da urgência nas alterações. Confiemos. E, por cá, Sr. Presidente, que foi feito neste entretanto, desde o nosso grande incêndio de 2016?” Não suscitando quaisquer esclarecimentos, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, tendo de seguida sido feito minuto de silêncio pelas vítimas do incêndio de Pedrógão Grande. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior, Manuel Mouro Pinto (PS): Apresentou intervenção com o seguinte teor: “Quando os lobos uivam - Serra dos Milhafres, finais da década de 40 do século passado. Como sabeis, os terrenos baldios eram utilizados pelas comunidades locais para deles retirarem parte do seu sustento. Sem auscultar os interessados, o Estado Novo resolveu impor aos locais a plantação de pinheiros. Perante esta afronta, as populações manifestaram a sua revolta sendo lideradas por um ex-emigrante brasileiro de seu nome Manuel Louvadeus. Este levantamento popular acabou por levar muitos homens à prisão acusados de serem instigadores e cérebros da revolta. No livro “Quando os Lobos Uivam”, Aquilino Ribeiro retrata fielmente o sentir daquele povo – beirão dos quatro costados – perante o plantio dos pinheiros que, como todos sabemos, não são árvores autóctones daquela região e da maior parte do nosso país. Mais grave do que a plantação de pinheiros nos baldios, foi e continua a ser a plantação por todo o lado de eucaliptos que, como está provado cientificamente, são agentes da desertificação e propagadores dos incêndios. Não sou fundamentalista ao ponto de ser acérrimo defensor da total proibição do eucalipto, mas sou apologista da sua limitação e ordenação em áreas apropriadas. Bem andaram os outros países do Sul da Europa ao não permitirem a plantação abusiva desta espécie arbórea. Estou convicto que, se fosse vivo, Aquilino, perante este plantio indiscriminado neste cantinho à beira mar plantado,



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

voltaria, através da escrita, a demonstrar a sua total indignação. Tal como os das “Terras do Demo”, e em nome de todas as vítimas dos incêndios, permitam-me (não sou Louvadeus, mas sou Manuel) que também “uive” e, em sua memória, apelo a todas as entidades que supervisionam as florestas que, de uma vez por todas, as ordenem e incentivem a plantação de caducifólias, pois estas são mais resistentes à proliferação dos incêndios.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Apresentou moção com o seguinte teor: “Moção – Pedrógão Grande e os Concelhos Limítrofes foram neste mês de junho, fustigados por um incêndio de proporções gigantescas, resultando daí, a destruição de bens e a morte de 64 pessoas, que fatidicamente foram apanhadas pelas chamas, situação jamais vista em Portugal. O Grupo Parlamentar do PSD, neste momento, apenas e tão só, pretende partilhar com os familiares dos falecidos a dor que estão a sentir pela perda dos seus entes queridos e deixar para um outro momento a discussão sobre o que nos oferecer dizer sobre estas matérias. Entretanto, e face ao anúncio feito pelo Governo da Nação, sobre os apoios que vão ser dados para a reconstrução das edificações e reposição de equipamentos destruídos pelo incêndio no Pedrógão Grande e Concelhos limítrofes, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2017, delibera: Exigir ao Governo da Nação que sejam dados os mesmos apoios para a reconstrução das edificações e reposição de equipamentos para todos os lesados do incêndio verificado em S. Pedro do Sul, no ano de 2016.” Após, referiu que o minuto de silêncio não deveria ser feito pelos grupos parlamentares, mas sim pela mesa da Assembleia Municipal ou pelo seu Presidente. Depois, fez a seguinte intervenção: “Vou pegar num tema que foi uma moção apresentada na sessão de 29 de setembro de 2014, sobre a extinção dos serviços técnicos do Ministério da Agricultura em S. Pedro do Sul, que foi posta à discussão e foi pelo Grupo Parlamentar do PSD manifestada a preocupação desses mesmos serviços terem sido extintos. Curiosamente o resultado dessa moção foi uma queixa feita pelo Sr. Presidente da Câmara à pessoa que apresentou a moção e eu gostava de saber qual foi o resultado do seu grande empenho. Tivemos um gabinete de apoio ao agricultor na Câmara Municipal, acabaram os apoios ou a subsidiarização e esse mesmo gabinete acabou. Criaram agora uma loja do agricultor que tem as suas vantagens quando ela é tida num conceito de promoção, quando é criada num conceito de não concorrência aos outros, mas foi aberta exatamente ao lado de um estabelecimento comercial que tem exatamente a mesma atividade, que julgo não ser muito correto. Gostaria de saber como é que essa loja funciona, quem é que paga aos dois técnicos que lá estão, se é a Associação de Artesãos, se é a Câmara Municipal, qual é o trabalho que eles desenvolvem junto do agricultor, quantos projetos é que já foram feitos por eles ou no anterior gabinete promovidos pela Câmara Municipal, quantas inaugurações se fizeram de aviários, de projetos agrícolas neste concelho que mereçam mais um posto de trabalho, se valeu a pena todo o desenvolvimento realizado por esta autarquia. Chegamos à altura de começar a pedir responsabilidades, não só às festas, mas às obras realizadas, não as chamadas obras de *bricolage*, porque foram anunciadas obras durante todo o mandato, mas não vi nada concreto, nada estruturante que crie ou que tenha criado postos de trabalho. Mais, constou-me e é público que a Câmara Municipal tem desenvolvido trabalhos de limpeza com uso das suas máquinas, e que em determinada localidade foi enviado um trator da Câmara Municipal e quem ia a conduzir não era um funcionário da Câmara mas sim um privado. Eu pergunto se isso é legal e no caso de haver um acidente, somos nós, todos os cidadãos, que pagamos e se pagamos obviamente que devemos pedir responsabilidades, o que isto implicaria na eventualidade de um acidente grave,



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qual a responsabilidade da Câmara Municipal na eventualidade de algo de pior acontecer, quais as implicações que isto teria para a autarquia e para nós.” Não suscitando quaisquer esclarecimentos, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a presente moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Deputado Municipal Manuel Gomes Ferreira (PS): Apresentou a seguinte intervenção: “Aquando da realização da última Assembleia Municipal, foram os presentes convidados a visitar as obras do Pavilhão Polidesportivo a decorrerem em Santa Cruz da Trapa. Congratulo-me com a concretização dessa promessa, muito embora a obra não esteja ainda concluída, passei ontem por lá e vi que as obras continuavam e uma equipa de operários lá se encontravam a trabalhar. Quantas vezes são iniciadas obras em ano de eleições, cujos trabalhos param, tendo nós um longo período para meditar sobre as boas intenções de quem as iniciou. Como não acredito que Sr. Presidente, queira correr o risco de a não inaugurar, confio que a obra se encontre concluída em tempo oportuno. Um outro espaço, destinado à realização da Feira Mensal, e que também cria um novo acesso do Largo do Calvário à Rua dos Bombeiros, não dispõe ainda das necessárias infraestruturas, tais como água, casas de banho, alcatroamento e não sei que mais é exigível. Para quando a sua conclusão para que os feirantes possam aceder a esse espaço e desimpedir a Rua D. Benedita onde, em caso de acidente, não entra uma ambulância ou carro de bombeiros. E isto para não falar dos moradores que não conseguem tirar os carros das garagens nesses dias. Finalmente, o saneamento na freguesia: Há condutas enterradas para o saneamento em Santa Cruz da Trapa há quase vinte anos. Mas não permitem as ligações porque não têm saída. Nós sabemos que as obras de saneamento não são apetecíveis aos autarcas, porque são dispendiosas e não se veem. Contudo é certamente a obra mais necessária e desejada em Santa Cruz da Trapa. E com essa obra têm oportunidade de corrigir o piso da Rua Corpo de Deus onde é frequente paralelepípedos soltos na faixa de rodagem e na qual, quando chove, as águas pluviais correm na mesma faixa de rodagem proporcionando um banho inesperado aos transeuntes.” Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, Pedro Dias Vasconcelos Soares (FVS): Começou por questionar o executivo relativamente à falta de limpeza das valetas da ex-EN 227. Depois fez a seguinte intervenção: “A freguesia de Valadares está a desenvolver um projeto que é a “Escola de Canyoning de Almoínhas” que é um nome que nós atribuímos a um ribeiro, afluente do rio Vouga, na aldeia do Pinho - Covelo. Temos apostado na realização de projetos que tragam pessoas à nossa freguesia para dinamizar a nossa economia local, nem que seja na compra dos produtos agrícolas, na ajuda aos nossos pequenos comerciantes, aos nossos cafés, na restauração, por isso mesmo apostámos numa Agenda Cultural, que já vai na 78ª edição, no lançamento da nossa “Rota da Laranja - PR8”, mas tínhamos que chegar mais à frente a um público mais radical, um público que gosta da aventura, acima de tudo para fazermos parceria com empresas dessa área, estamos a fazer protocolos com empresas que têm alvarás específicos para esta atividade e poderemos criar na freguesia de Valadares um projeto a nível do nosso território: uma escola de iniciação ao *canyoning*. Tivemos a preocupação de contratar uma empresa que fizesse este trabalho, uma empresa específica na área do desporto e aventura, que fizesse a implementação dos equipamentos necessários para poder desenvolver essa ação. Tivemos a preocupação de fazer a sinalização e localização para a promoção deste tipo de infraestrutura, e acho que é um bom exemplo para o nosso concelho, para S. Pedro do Sul, para esta nova infraestrutura ajudar a potencializar também a albufeira de Ribeiradio, que enquadra bastantes quilómetros no concelho de S. Pedro do Sul, na freguesia de Valadares e um



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bocadinho em S. Cristóvão de Lafões. Amanhã, por volta das 10 horas com concentração na Junta de Freguesia, vamos efetuar o reconhecimento e a inauguração desse projeto, com técnicos e equipamento específicos, quer os fatos de água, quer as cordas, quer os arneses, quer um conjunto de situações que os técnicos na área de desporto estão habilitados para falar sobre isso, pelo que convidava todos os presentes, comunicação social e população em geral a estarem presentes na Junta de Freguesia, para irmos ao local onde se inicia o trilho, nas “Poldras do Tronco”, o qual tem cerca de 540m, com um desnível de 95m e, pela informação que a empresa nos deu, um grupo de 10 pessoas deve demorar cerca de 2h a 3h a fazer essa descida. Por volta das 13h30m haverá um pequeno lanche na aldeia do Pinho, uma aldeia que nós queremos potencializar para o turismo, porque há agricultores que trabalham um pouco mais a agricultura de subsistência e que estão aqui no nosso mercado municipal, onde existem nessa aldeia casas que estão a ser potencializadas para alojamento. No futuro, se quiserem organizar um grupo são sempre bem-vindos, porque a freguesia de Valadares quer parcerias, quer projetos, quer dinamização com as associações locais e com as empresas que queiram dinamizar o nosso território e, acima de tudo, trazer gente para a nossa freguesia. Deixo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal os exemplos da nossa Agenda Cultural, dos nossos Percursos Pedestres, do nosso *canyoning*, como exemplo de trabalho e de esforço que temos tido para ajudar e promover o nosso concelho e principalmente a nossa freguesia.” Vogal da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, João Heitor Girão Vieira (PS): Fez a seguinte intervenção: “A União de Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, congratula o executivo camarário pela realização de algumas obras que consideramos terem um valor significativo para a nossa população. Desde logo o arranjo urbanístico realizado na Rua da Separadora junto à rotunda do Bairro Mira Sul, beneficiando uma das principais entradas da nossa cidade. A requalificação do estacionamento e passeio no Edifício do Shopping e a criação de uma rampa de acesso para pessoas portadoras de deficiência motora e de cadeiras de rodas. Lembramos que neste edifício encontram-se instalados diversos serviços camarários e uma Associação de Solidariedade Social, sendo portanto um local de grande afluxo de pessoas onde no passado existiram quedas provocadas pela inclinação do passeio e pelo piso escorregadio. A colocação de 4 ilhas ecológicas, na Avenida Sá Carneiro, em frente ao antigo edifício da cadeia, nas Termas junto ao Gerós e na Quinta das Várzeas, vêm proporcionar uma maior organização dos pontos de depósito de resíduos criando um menor impacto visual, melhorando assim a salubridade de todos os residentes; criação na Avenida da Liberdade de um espaço público composto por um Parque Infantil, infraestrutura essa inexistente nesta zona da cidade, parque de estacionamento para 50 automóveis e uma zona onde foi colocada uma estátua da autoria do escultor Sampedrense, João Marques, com o intuito de honrar todos os bombeiros do nosso concelho.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Usou a palavra, começando por questionar o Presidente da Câmara quando estariam terminadas as infraestruturas da Zona Industrial de Pindelo dos Milagres e se o executivo municipal tem a garantia de instalação de alguma entidade empregadora para esse espaço, atendendo a que era um dos seus objetivos, sendo um dos principais problemas do nosso concelho a empregabilidade para se fixarem famílias e jovens. Referiu também que continua preocupada com a ligação que a Ecopista deveria ter ao núcleo termal, pois continua a ver imensas pessoas a passarem na estrada do Gerós e que, por sorte, ainda não houve nenhum acidente ou atropelamento. Depois, e relativamente à comunidade escolar, deu os parabéns pelo trabalho realizado ao longo dos



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

últimos três anos na evolução da organização da comunidade escolar, agradecendo por muitas das suas sugestões terem sido implementadas, sugerindo, no entanto e mais uma vez, que o lanche seja distribuído por toda a comunidade escolar, não só no horário de almoço, para que todas as crianças tenham garantida uma alimentação saudável, pela igualdade entre todas as crianças e principalmente pelo apoio que se dava a algumas crianças com poucos recursos que muitas vezes nem lanche levam e quando levam, definitivamente, não são saudáveis. Por último e relativamente aos incêndios florestais, referiu o seguinte: “Este ano, infelizmente, ainda nem estávamos no período crítico e já estamos a lamentar 64 mortes e questiono: que maior drama nacional é necessário para haver um verdadeiro investimento na defesa da floresta contra os incêndios? Podemos continuar a fazer um investimento apenas quando existem fundos comunitários? Podemos gerir o nosso território apenas quando existem fundos comunitários? Relativamente ao nosso concelho e atendendo a que até à data não existe conhecimento dos resultados do inquérito relativo ao incêndio de 2016, podemos continuar a ignorar este facto? Morreram 4 bombeiros, se não estou em erro, no Caramulo, houve também um relatório que foi aberto e até hoje não são conhecidos os resultados, podemos continuar neste país a ignorar este facto? Quais são os resultados do nosso inquérito a nível do nosso concelho? Para quando dotarmos de recursos humanos e meios para intervenções públicas a nível nacional e municipal para termos um verdadeiro investimento no espaço florestal? Nós temos só no nosso concelho 12.700 hectares de perímetro florestal, não justifica haver recursos humanos? Não justifica haver meios para beneficiarmos este espaço? Com que recursos é que nós o fazemos a nível nacional e a nível local? Não apontando o dedo a ninguém, porque isto é um problema nacional, mas acho que é o ano certo, pelas 64 mortes, para todos batermos o pé e exigirmos resultados aos inquéritos, que queremos discutir seriamente e que queremos investimento no espaço florestal.” Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes, Eduardo António Pereira da Silva (PS): Referiu o agrado da sua freguesia em relação às obras efetuadas, as quais fisicamente não foram grandes, mas em termos de utilidade para as pessoas e qualidade de execução foram grandes, dizendo que o resultado da obra é grande quando a qualidade e o serviço que vem prestar às populações é grande, sendo que muita coisa ainda há para fazer e espera que o executivo camarário as leve a termo. Relativamente ao saneamento, perguntou se há data prevista para o início da obra, ambicionada há décadas pelas pessoas, e se é mesmo para avançar. Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, António Luís Dias Teixeira (PSD): Manifestou a preocupação da sua freguesia relativamente às plantações de eucaliptos dentro da freguesia, entre as povoações, referindo que existe uma grande plantação na serra de S. Cristóvão, em Vilarinho, por duas empresas, que embora sabendo que dão trabalho, lucro, pasta de celulose, não se pode sobrepor o lucro às vidas humanas, pois essas plantações confinam com a estrada, de apenas 3 metros, lembrando aquilo que se passou em Pedrogão Grande, do que se viu em 2010 e de um fogo que é de memória de todos em 1995, no qual morreram três pessoas em Preguinho de Valadares, que no prazo de duas horas chegou do lado de Santa Cruz da Trapa a Manhouce, perguntando à Câmara Municipal se tem alguma coisa a ver com a aprovação dos projetos dessas pequenas plantações e se tem algum parecer relativo a isso, sugerindo a possibilidade de se fazer uma petição no sentido de se insurgirem contra isso. Perguntou ainda o que é que tem feito a Câmara Municipal para a faixa obrigatória dos 10 metros e se tem contribuído para isso. Sobre a limpeza das bermas, disse que substituem a Câmara nas limpezas mas que não têm essa obrigação, que não é da competência da Junta de



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia limpar, embora tivessem feito um projeto das redes primárias e das principais vias que acharam que poderiam estar perigosas para o fogo, de quase 50 mil euros onde tiveram o encargo do IVA. Por fim e relativamente ao saneamento, disse que embora o pavilhão não seja só para Santa Cruz da Trapa, é também para Serrazes e Carvalhais, a sua freguesia preferia mais o saneamento, perguntando ao executivo camarário se as obras seriam para iniciar ainda este ano. Deputado Municipal Manuel Gomes Ferreira (PS): Esclareceu que quando fez referência às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia atingidas pelo incêndio de Pedrogão Grande não foi para criticar, mas que são perguntas que devem ser feitas, pois sabe que é missão impossível quando têm que limpar 10 m para ambos dos lados da via pública, porque isso implica custos enormíssimos. Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Relativamente aos incêndios, referiu o seguinte: “Convém sempre dizer mais alguma coisa relativamente a eles e agora a culpa é do SIRESP. Só agora, passados dois anos do mandato, é que deram conta de que não havia ligação do SIRESP aos satélites. E é dos eucaliptos. Eu prefiro ter eucaliptos ordenados na minha freguesia e ter pessoas profissionalizadas a fazer a gestão das florestas, o combate aos incêndios e a vigilância, do que não ter eucaliptos. Mas também não sou defensor do eucalipto de forma desregrada. No passado dia 19 de junho houve um incêndio na zona do Belgão, sobre Ribas e Germinade, que é uma das maiores áreas de vegetação mais extensa do concelho, que abrange não só a freguesia de Carvalhais mas também a freguesia de Sul, S. Félix, Vila Maior, Bordonhos e S. Pedro do Sul, onde ali continuamente os riscos são grandes, e eu lamento que o incêndio aconteceu ao meio-dia. Felizmente choveu e o incêndio conseguiu-se apagar manualmente com enxadas e depois à noite reacendeu e eu, lamento e peço desculpa, tive que incomodar o Sr. Presidente da Câmara à uma da manhã. Mas em boa hora o fiz, porque no dia seguinte tinha a garantia que a máquina ia finalmente para lá limpar os acessos aos estradões; os bombeiros conseguiram chegar ao local do incêndio, as três corporações conseguiram levar lá carros, naquele piso bastante degradado, que agora estão melhores pois a máquina anda lá há já 3 dias. No entanto, eu ouvi uns rumores de que a máquina ia sair de lá e não é em 3 dias que a máquina faz o que devia fazer em três anos. Há 3 anos consecutivos que a máquina tem sido pedida para esse e outros serviços, formalmente e informalmente, por isso peço ao executivo camarário que não tire de lá a máquina sem concluir aquilo que devíamos concluir naquela mancha florestal e noutra área da freguesia, nomeadamente a zona que liga Sá às Bouças e a Roçadas e Pisão.” Depois, e relativamente às marchas populares e ao facto do executivo camarário ter decidido não fazer este ano competição nas marchas, pediu que não o voltassem a fazer se eventualmente continuarem no próximo mandato, porque para quem está habituado a ganhar é desmotivante não haver competição, mas que, independentemente da competição, o que interessa é a participação e o convívio. Por fim e no que diz respeito ao festival “Tradidanças”, disse não haver convites, mas que contava com a presença de todos, que participassem e divulgassem o mesmo. Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Manuel Duarte Laranjeira (PS): Referiu que após o fogo que houve em 2016 em Manhouce, receberam um email na Junta de Freguesia no qual tinham que preencher um formulário, para após enviarem ao Ministério da Agricultura com um prazo de 24h, relativo às tubagens e pastos destruídos, em que toda a gente tinha que assinar porque ia ser resolvido com urgência e que, até hoje, nada foi feito, que a única ajuda que tiveram e que não falhou nem faltou à promessa aquando da sua visita à sua freguesia foi a do embaixador dos E.U.A, perguntando ao Presidente da Câmara o que podia fazer



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente a essa situação. Relativamente ao que disse a Deputada Mónica Almeida, referiu o seguinte: “Os culpados disto somos nós, ou seja, 60% dos portugueses, porque 60% dos portugueses daqui por 2 anos sabem onde vão votar: 30% votam no PS, 30% votam PSD, por isso os nossos políticos não precisam de se preocupar muito, eles sabem que têm sempre 30% dos votos garantidos e os culpados são nós.” Sobre a intervenção do Deputado António Ferreira Gomes disse que: “Nós temos capacidade para fazer limpeza às nossas bermas; 90% dos desempregados do nosso país estão-no porque querem; se eu quiser que venham trabalhar para mim eles não vêm, porque estão a ganhar sem trabalhar, estão no fundo de desemprego e no rendimento social. Nem que eles limpassem só um metro quadrado por dia, quantos metros é que teríamos limpo no nosso país? Porque não fazem isso? Porque assim têm sempre garantidos os 30% dos votos. Eu já fui julgado nesta assembleia de que sou muito partidário pela minha revolta. A minha revolta não é o PS ou PSD, é por tentar ser o mais reto possível e se tiver que penalizar o PS, o PSD ou a CDU eu penalizo.”

Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, José Luís Figueiral Morujão (PSD): Relativamente à Zona Industrial de Bordonhos, disse não perceber como é que se abandona a mesma até àquele ponto, coberta de silvas, perguntando porque não é requalificada a Zona Industrial 1, onde estão as oficinas, pois havia a possibilidade de expansão de terrenos planos com pouca mão-de-obra e custos de implantação. Perguntou também em que ponto estava o saneamento de Bordonhos. Sobre os incêndios florestais disse que a maior parte do nosso abandono da floresta é pelo abandono da agricultura, referindo que: “Nós temos a prova que a implantação do eucalipto e do pinheiro bravo não são, no meu ponto de vista, problema; o problema é a desordenação. As florestas da Afocelca ou do grupo Navigator raramente ardem, porque eles têm aquilo limpo e estruturado e têm lá eucalipto. O eucalipto tem que levar faixas de carvalho de corte de fogo, a área tem que ser estruturada.” Disse ainda que o facto de ter tido um comportamento exemplar com a Câmara Municipal, de ser correto e honesto, não “deu grandes frutos” para a sua freguesia.

Presidente da Câmara Municipal: Respondendo ao Deputado António Lopes Ribeiro, disse que na altura contactou os seus serviços, que lhe disseram que os serviços não estavam extintos e que isso tinha ficado escrito. Referiu ainda que o gabinete de apoio ao agricultor foi aberto recentemente, constava do “pacote de promessas” eleitorais da Câmara Municipal, o qual iria impulsionar a agricultura popular e florestas do meio rural. Disse também desconhecer o facto de tratores andarem com pessoas que não são funcionários, mas que enquanto responsável da Câmara Municipal, qualquer acidente que venha a existir era ele que iria a Tribunal. No que diz respeito ao que disse o Deputado Manuel Gomes, referiu que terá todo o gosto em inaugurar o Pavilhão de Sta. Cruz da Trapa antes das eleições autárquicas, embora a obra esteja com um mês e meio de atraso, mas também por ser uma estrutura necessária para toda aquela região, de interesse para toda a população de Santa Cruz da Trapa e freguesias envolventes. Disse ainda que a estrada que vai do Calvário em direção aos bombeiros e o espaço da feira é uma obra que queriam começar em julho. No que diz respeito ao saneamento, esclareceu que consta do Plano de Atividades do executivo para este ano o saneamento para Lourosa, Pedregal, Bouço e Vendas, que foram feitas candidaturas para essas povoações, ficando grande parte da freguesia de Santa Cruz da Trapa com o seu problema resolvido, mas que das 16 ou 17 candidaturas que foram efetuadas ao POSSEUR, todas foram aprovadas à exceção Santa Cruz da Trapa, porque a APA - Agência Portuguesa do Ambiente não considerou, por lapso dos seus ficheiros, que essa freguesia tivesse pressão urbanística. Disse ainda que o Presidente da Junta de Freguesia tem toda a razão para



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer o que disse, que foram aprovadas outras povoações com menos população, pelo que reclamaram dessas decisões mas as mesmas eram completamente definitivas, sendo que iria pedir para que lhe fosse remetida toda a documentação respeitante a esse processo. Referiu ainda que espera ter o apoio da Junta de Freguesia para, depois de outubro, continuar a fazer o saneamento que falta em Santa Cruz da Trapa, pois o ano não acaba em outubro, acaba em dezembro e até dezembro quer garantir que obras de saneamento serão lançadas. No que diz respeito à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, referiu ter toda a razão no que disse sobre a ex-EN 227, mas que, neste momento, a máquina avariou de vez e está para reparação, sendo que assim que fosse possível, aquelas bermas seriam limpas. Relativamente à intervenção da Deputada Mónica Almeida sobre o Parque Industrial de Pindelo dos Milagres disse que a culpa era do ICNF, referindo o seguinte: “Foi adquirido pela Câmara Municipal um espaço com 10 hectares para a construção desse parque industrial. Tivemos que ter pareceres de diversas entidades que demoraram muito tempo a dar resposta, mas o problema maior foi a ICNF, que entendeu que por causa das limitações das extremas, das distâncias às outras propriedades, íamos construir um parque industrial num espaço muito pequeno, com cerca de mais ou menos um hectare e meio, e na zona pior do terreno, que está completamente cheia de rocha e depois do ICNF dar resposta, o ICNF em Viseu esteve mais de um ano para resolver o problema e teve que mandar para o ICNF de Coimbra, do ICNF de Coimbra foi para ICNF de Lisboa, o ICNF de Lisboa manda para a CCDR de Coimbra, do CCDR de Coimbra novamente para o ICNF de Lisboa, do ICNF de Lisboa para o Secretário de Estado das Florestas, depois vai para o Ministro da Tutela, para o Primeiro-Ministro, para o Presidente da República, volta para o Primeiro-Ministro e volta novamente para o Ministro da Tutela para despachar. Sempre tempo a contar e vocês sabem quantos meses é que os organismos públicos levam para decidirem. Aliás, já comuniquei às entidades superiores, aos Secretários de Estado, que isto não é forma de trabalhar. Depois, para a ICNF nos aprovar o parque, tivemos que dialogar com os compartes no sentido dos mesmos cederem outros baldios que não estavam afetos ao regime florestal, para darem uma área idêntica ao regime florestal. Mas quando comprámos a propriedade, compramos com os pinheiros que lá estão, avaliámos tudo a pensar que íamos vender os pinheiros para irmos buscar alguma coisa, mas não. É que o ICNF recebe o baldio com a mesma área, igual à que nós tínhamos, com pinheiros, só que o valor dos pinheiros vai reverter para o ICNF. Mas o mais grave disto tudo é que, depois de já termos a aprovação disto há dois meses, o ICNF ainda tem que vender os pinheiros e, com muita pressão minha junto dos Secretários de Estado e do presidente do ICNF, a venda só está marcada para dia 7 de julho, e depois quem ganhar a compra dos pinheiros tem que os cortar e tirá-los de lá, mais não sei quantos meses. A situação do parque industrial é esta, é uma situação que nos transcende, que por nossa vontade seria tudo muito mais rápido, mas é o país que temos.” Relativamente à Ecopista, sobre o facto de ser necessário esta ter mais área, referiu que é o que o executivo está a fazer, dizendo o seguinte: “Eu gostava de ter ouvido da bancada do PSD, há uns anos atrás, dizer que “é necessário construir a Ecopista” e a verdade é que o anterior executivo nunca construiu. Neste momento temos 3 km de Ecopista e agora ouço a bancada do PSD dizer “é pouco”. Claro que é pouco, é necessário mais. Neste momento já temos uma candidatura efetuada ao Turismo de Portugal no sentido de ligarmos aquela zona, mais ao menos da ponte do Pego, em direção ao centro das Termas, um investimento a rondar os 500 mil euros, que se for aprovada, teremos o problema para já resolvido. Neste momento temos os nossos trabalhadores municipais a fazer a



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ligação a Negrelos, do sítio aonde acabou em direção à Pedreira, ou seja, queremos estender a Ecopista à Pedreira, para que qualquer cidadão que pare o carro na Pedreira possa fazer a ligação às Termas. Mais, a CIM - Viseu Dão Lafões está a estudar neste momento um projeto conjunto entre Viseu, S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, e já cá estiveram os indivíduos das Infraestruturas de Portugal, que ligue definitivamente Viseu a Sever do Vouga e, nessa altura, poderemos ter a maior Ecopista de Portugal e talvez da Europa, que iria ligar desde Aveiro até Santa Comba Dão.” Relativamente aos incêndios, referiu que, no ano passado, em centenas ou milhares de fogos que houve em todo o país, o Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul foi o único a solicitar ao Primeiro-Ministro um inquérito, foi o único inquérito instaurado a nível nacional no que diz respeito aos incêndios. Disse ainda preocupar-se com a floresta, mas que para isso é preciso haver meios e a máquina motoniveladora que têm está completamente degradada e está mais vezes avariada e estragada do que em funcionamento, sendo que, para o início do ano, se continuar na Câmara Municipal, irão adquirir uma máquina motoniveladora que possa andar a abrir estradões por todas as freguesias. No que diz respeito ao saneamento e abastecimento de água de Serrazes, confirmou e garantiu que os mesmos irão ser uma realidade, dizendo que: “Neste momento está aberto um concurso público para sabermos quem é o empreiteiro que vai ficar com a obra. Estamos a falar de um investimento de 900 mil euros, que é o maior alguma vez feito naquela freguesia. Estamos a falar na maior obra realizada em Serrazes. É garantido que temos um financiamento de 85% para a realização dessa mesma obra, que em vez de uma fossa vai ter duas ETAR`S, onde os esgotos serão completamente tratados. A obra estando em concurso público, que é de 900 mil euros, tem que ir a Tribunal de Contas, demora meses, mas está garantido que há financiamento para ela.” Em resposta ao que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa sobre a questão das limpezas, referiu ter razão quando disse que são da competência da Câmara Municipal, mas lembrou que muitas vezes os presidentes de junta vêm pedir coisas que a Câmara Municipal não está a contar gastar esse dinheiro mas que tem ajudado dentro das suas possibilidades. No que diz respeito às marchas, embora tivesse havido uma falha quanto às casas de banho, garantiu que as marchas são uma realidade no nosso concelho, pois estão cada vez melhores a cada ano que passa, cada vez temos mais público presente e mais marchantes, é uma atividade que promove o nosso turismo e que põe as pessoas das nossas aldeias a mexer. Disse ainda que provavelmente não haverá mais prémios daqui para a frente, que entendem que o dinheiro dos prémios deverá ser distribuído por todos para as despesas com as vestes e outras, embora haja sempre marchas umas melhores do que as outras, mas que assim ninguém fica chateado. No que diz respeito ao que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, referiu o seguinte: “É verdade o que diz, o Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos nunca foi incorreto com a Câmara Municipal, mas no início do nosso mandato, quando tínhamos dificuldades financeiras, o senhor chegou aqui com “as calças na mão” a dizer que estava enrascado com um problema que tinha em Tribunal causado pelo anterior executivo, e este executivo resolveu-lhe o problema. Quanto à limpeza do Parque Industrial de Bordonhos, tem toda a razão, mas o Parque Industrial tem outros problemas, que o senhor nunca falou aqui neles, que é o facto de ter uma fossa para todo o Parque Industrial e não uma ETAR, que há muitos anos está completamente cheia, a deitar por fora, a poluir todos os nossos aquíferos, e eu nunca o vi preocupado, mas é um problema que nós estamos a resolver e vamos resolvê-lo, com a obra da construção da ETAR. Iremos construir uma Central Elevatória no Parque Industrial que irá bombar o saneamento para a nossa ETAR e

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

o senhor também é um dos beneficiados com o saneamento, que vai ter um investimento de meio milhão de euros na sua freguesia, que nunca teve um investimento desses, e agora vai ter o problema da sua freguesia praticamente todo resolvido a nível de saneamento. Já temos empreiteiro para o concurso e é provável que ele comece essa obra ainda em agosto.” Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, José Luís Figueiral Morujão (PSD): Em resposta referiu que o Presidente da Câmara não foi muito delicado com o que tinha acabado de dizer, tendo confirmado que houve na realidade transferências por parte da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia devido a uns problemas que teve em Tribunal com uma empreitada de delegação de competências no anterior executivo, que nunca o escondeu, foi resolvido de imediato e que teve o cuidado de o agradecer. Referiu também que a única *tranche* que foi disponibilizada para a Junta de Freguesia e que a Câmara Municipal não tinha “obrigação” de o fazer foi um pedido que fez relativo a equipamento que foi colocado na Junta de Freguesia e que agradeceu publicamente nesta Assembleia Municipal. Disse ainda o seguinte: “O que é uma Câmara Municipal? Uma Câmara Municipal não é um quadrado fechado que faz as obras neste edifício. A Câmara Municipal é um conjunto de freguesias e tem de distribuir o dinheiro e as obras equitativamente por ela. Na realidade foram disponibilizados 37 mil euros para pagar, mas esse dinheiro não chegou. Nós tivemos que atrasar os nossos vencimentos; chegamos a estar mais de dois anos com os vencimentos atrasados na Junta de Freguesia para cobrir esse dinheiro. Os últimos dez mil euros tivemos que andar a pedir à empresa “Silva & Brandão” por um acordo extra judicial, e agradeço o facto deles o terem aceite, para nos livrarem dos juros. Nós pagámos (não digo do nosso bolso) mas prejudicando-nos a nós próprios. Mas eu não quero louros sobre isso, porque nunca o falei a ninguém nem nunca o falei aqui. Na realidade foi de uma indelicadeza brutal para com a delicadeza que eu tive convosco.” Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que irá ter a sua freguesia praticamente coberta a nível de saneamento, um investimento de 500 mil euros, ao contrário de outras freguesias como Carvalhais, Sul, Valadares, Vila Maior, e Manhouce, onde esses investimentos não irão ser feitos. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Usou da palavra para dizer o seguinte: “A responsabilidade moral é da Câmara, a responsabilidade efetiva era da Junta. Quais eram as contas que estavam para ser penhoradas, eram da Câmara ou da Junta? A responsabilidade moral pode ser da Câmara ou do executivo anterior, e nós assumimos tudo o que vinha do passado, agora a responsabilidade efetiva era da Junta de Freguesia, foi a Junta de Freguesia que foi condenada não foi a Câmara. E porque foram condenados? Houve uma delegação de competências, começaram a fazer obras a mais e o que o empreiteiro queria era obras a mais, depois a Junta passou a responsabilidade para a Câmara, a Câmara para a Junta e ninguém lhe pagou. Se a Junta foi condenada a pagar, alguma razão havia, porque os trabalhos foram comprovadamente feitos, certo? O importante é que a Junta de Freguesia tinha a conta penhorada e a Câmara Municipal resolveu o problema, que isso fique claro.” Relativamente à questão dos incêndios, referiu que todos estiveram bem nas suas intervenções, que subscrevo tudo o que foi dito, dizendo ainda o seguinte: “Há uma evolução acerca da discussão que tivemos há um ano atrás acerca do incêndio em S. Pedro do Sul, e eu dou os parabéns ao PSD por essa evolução; há um ano atrás disseram que o incêndio aconteceu por negligência do Presidente da Câmara. Hoje já noto aqui uma evolução: porque há mato e as pessoas não limpam ou porque a agricultura está abandonada. A moção que o Eng.º Lopes Ribeiro apresentou aqui e que eu subscrevo, não nos coloca em cheque minimamente, porquê? Devo dizer que o Presidente da Câmara esteve de



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

férias aquando do incêndio de Pedrogão Grande e nessa altura fomos contactados por muita imprensa. Eu próprio dei uma entrevista à Rádio Renascença e ao Jornal de Notícias e disse que estranhava agora a presença deles aqui, volvido um ano dos incêndios de S. Pedro do Sul, que só aparecem aqui agora porque aconteceu isto em Pedrogão Grande, porque esqueceram-se de S. Pedro do Sul assim como o governo, porque de facto só se voltaram a lembrar de nós para resolver os problemas quando aconteceu este incêndio em Pedrogão Grande. Eu percebo que existiram mais de 60 mortes, mais de duzentas casas de habitação foram danificadas, a área ardida é sete vezes superior à nossa e nós não podemos, nem queremos, comparar o nosso incêndio com o incêndio que eles tiveram, mas há aqui um conjunto de infraestruturas que eu tenho aqui do dia 19 de setembro. Como disse o Presidente da Junta de Manhouce e bem, por parte do Governo foi pedido a toda a gente com urgência, quer a privados quer a Juntas de Freguesia, quer a associações de baldios etc., para enviar os dados e esses apoios não vieram. Foram vários os apoios que tivemos: da embaixada dos E.U.A. e de privados, sobretudo em alimentos para os animais e algumas reconstruções pontuais que foram feitas. Temos aqui um conjunto de levantamentos que foram enviados em setembro, em que pedimos logo contributos para os problemas dos filtros das águas, redes viárias, um conjunto de apoios que não chegaram e, portanto, nós não temos qualquer problema de afirmar que, seja governo do PS, CDU, Bloco de Esquerda ou outro, não queremos que nos comparem a Pedrogão Grande. Também é verdade que, paralelamente, foi aberta uma linha no âmbito do PDR2020 com financiamento de 85% a um fundo de emergência para o restabelecimento das áreas florestais afetadas e nós, a seu tempo, fizemos a candidatura que já veio aprovada, não na sua totalidade, mas em grande parte, sobretudo no que concerne à recuperação da rede viária, taludes e reflorestação. Temos já financiamento garantido para a reflorestação de 100 mil árvores. Temos também um apoio do Banco Millennium de 60 mil euros para reflorestação. Mas a aprovação dessa candidatura só chegou há um mês, só na semana passada é que chegou o termo de aceitação e podemos começar com a recuperação. Como é óbvio, não vamos fazê-lo agora no verão, sobretudo a parte da reflorestação, vamos fazê-lo em outubro, vamos fazer uma reflorestação de cerca de 150 mil árvores, que pode parecer muito mas é muito pouco e que não se faz há mais de 30 anos, que é uma reflorestação com critério com espécies autóctones (carvalhos, bétulas, etc.). Fizemos candidatura para as intempéries do inverno de 2016 e não tivemos resposta. Avançámos com as obras em alguns casos, noutros ainda estamos para avançar. Também não tivemos resposta com o granizo; tivemos que fazer levantamentos à pressa de todos os custos que os agricultores que foram recentemente afetados com o granizo tiveram, sobretudo aqueles que viviam por inteiro da atividade agrícola, e o que é um fato é que o dinheiro não chegou. Portanto acho que é transversal todos nós fazermos aqui moções e pressionarmos o governo. Paralelamente, e respondendo ao Presidente da Junta de Santa Cruz da Trapa, há aqui um erro de todos (Câmara Municipal, Associação dos Baldios): é que entupiram o PDR2020 com candidaturas, sobretudo redes primárias, redes secundárias, para onde era e não era preciso. Temos que ter alguma triagem, porque o PDR2020 está entupido e depois não há dinheiro nem para as que são efetivamente necessárias, nem para as que não são. Há candidaturas com o valor dez vezes superior à dotação que eles têm. Tem que haver mais critério a enviar candidaturas. Paralelamente e respondendo ao Deputado Ferreira Gomes, temos andado a fazer ações de sensibilização para as queimadas: vamos sair já na próxima semana com um *flyer* para as pessoas saberem o que precisam fazer em caso de ocorrência, as medidas de auto proteção, para

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

evitar que as pessoas entrem em desespero, e o desespero é que leva às mortes, como aconteceu em Pedrogão Grande. Para além das zonas ardidadas, nas zonas não ardidadas fizemos ao POSEUR candidaturas para a recuperação de caminhos. Já temos a aprovação dos caminhos entre o Pisão e a Landeira e na zona de Covas do Rio. À medida das possibilidades, as nossas máquinas andaram em Manhouce esta semana e, neste momento, andam na freguesia de Carvalhais e na freguesia de Figueiredo de Alva. Tivemos reunião com os comandantes das corporações dos bombeiros e com o CODIS para tentar articular algumas coisas que possam não estar afinadas. Outro aspeto é o grande problema da Câmara Municipal em identificar os proprietários: foi feito um levantamento, ou por iniciativa da nossa fiscalização ou porque houve denúncia, e muitas vezes não os conseguimos identificar. Neste momento estamos a contratar empresa privada que faz o trabalho caso a caso, com o orçamento caso a caso, em que os custos vão ser imputados aos privados e não pagando partimos para penhoras e já estamos a fazer os primeiros casos. Temos que atuar desta forma e vamos ser implacáveis, porque se formos pela forma pedagógica, ou não conseguimos encontrar as pessoas ou as mesmas não se querem identificar.” Sobre a loja de apoio ao agricultor, esclareceu o seguinte: “Quando da criação desta loja, tive o cuidado de pedir uma reunião com o Sr. Eng.º Ribeiro, a qual foi feita aqui na Câmara, onde lhe expliquei o objetivo desta loja e lhe pedi apoio e colaboração da Cassepedro para entrar neste projeto. O Sr. Eng.º disse-me que era uma grande iniciativa, deu-me algumas sugestões e que estava disposto a ajudar, mas que estaria de saída da direção da Cassepedro e que no futuro a nova direção que decidisse aquilo achasse por conveniente. Também o convidei para ter o seu próprio vinho exposto e à venda na loja, que aceitou e penso que está lá neste momento e muito bem. Também acaba por ter o seu vinho na mesma rua, numa outra loja, que penso que será sua, exposto ou à venda e que acaba por ser concorrente, portanto as questões de concorrência também chegam ao seu vinho. Para além da Cassepedro, foram convidados a Associação de Artesãos e a Cooperativa Três Serras, que são nossos parceiros neste mesmo projeto. Estávamos à espera que a nova direção da Cassepedro se viesse apresentar à Câmara Municipal, para eu os convidar para serem nossos parceiros neste projeto, mas ainda não o fizeram. Ainda assim, uma vez que não conseguimos apoios comunitários numa candidatura que foi chumbada e estamos agora a submeter uma outra à ADDLAP, nós achamos que era a altura ideal contratarmos até ao final do ano, enquanto prestadores de serviços, dois técnicos da área. Os primeiros trabalhos que fizeram foram: aquando da queda do granizo, dar apoio técnico a alguns agricultores; começaram também pelos nossos agricultores do mercado tradicional que careciam de alguma fiscalização, isto é, para termos agricultores no mercado tradicional temos que ver se eles de facto são produtores locais, se os produtos vêm do nosso concelho. Estão a fazer um trabalho afinado junto do agricultor obviamente para que este espaço possa evoluir e ser melhorado.” Relativamente à “Escola de Canyoning”; felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de Valadares pela excelente iniciativa, que viu ali uma oportunidade de negócio, referindo que a Barragem de Ribeiradio era uma oportunidade para Valadares, para desenvolver um conjunto de iniciativas ligadas aos desportos radicais. Por fim e sobre a questão do Parque Industrial de Pindelo dos Milagres, disse já terem perdido uma ou duas empresas que se queriam instalar, mas que, face ao atraso do mesmo pelas questões burocráticas já anunciadas pelo Presidente da Câmara Municipal, estão à procura doutro sítio para se instalarem e que outras cujos proprietários ou promotores são do nosso concelho, vão estando à espera, porque se querem instalar no nosso concelho, sendo que uma delas conseguiu que fosse para o Parque Industrial

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Alto Barro, onde estão 30 pessoas em formação para começar a laborar a qualquer momento, e que vão recrutar mais 30 pessoas a partir de setembro para iniciarem uma segunda turma de formação. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Usou da palavra e, respondendo à Deputada Municipal Mónica Almeida, disse o seguinte: “Eu gosto de trabalhar em parceria com as pessoas, todos nós somos comunidade educativa, ninguém pode sacudir do capote esta responsabilidade da educação porque é de todos, todos temos aqui a nossa quota parte de responsabilidade. Eu, como sabe, reúno com várias pessoas que fazem parte desta comunidade educativa e é óbvio que aceito as suas sugestões, porque todos nós temos a nossa opinião sobre educação e às vezes essas opiniões colidem, outras são aceitáveis, e eu levo avante o que eu considero o que é benéfico para a maioria das pessoas. Relativamente ao lanche, temos aqui posturas diferentes por duas razões: a primeira é porque eu acho que a Câmara não se substitui aos encarregados de educação, ou seja, os encarregados de educação são os pais e têm as suas responsabilidades enquanto tal, e enquanto tal têm que ser eles a fazer os lanches dos seus educandos. É óbvio que temos pais que se demitiram um bocadinho dessa função, mas todos esses casos são devidamente assegurados, porque tanto as Educadoras de Infância, como as Professoras Primárias estão sempre muito atentas a esses casos, que são relatados e prontamente resolvemos essa questão, ou seja, não há nenhuma criança que, não trazendo lanche para a escola, não tenha lanche para poder comer. A segunda tem a ver com a equidade e com o facto de estarmos a lidar com crianças, porque há sempre aqueles pais que, sendo do contra, as suas crianças nunca iam comer o lanche que nós pudéssemos disponibilizar e iam sempre trazer outro lanche, que é o que acontece agora, ou seja, temos crianças a comer o pão com o queijo, a manteiga, o fiambre, a beber o suminho ou o leite e a comer a fruta, que é o saudável, e temos outras a comer o que trazem, que é o “bolicão” e isto para mim não é justo, não é equitativo. Cada pai tem que se responsabilizar pelo lanche dos seus filhos. O que podemos fazer e o que estamos a fazer é intervir através de ações de formação e informação junto dos encarregados de educação e daí a Câmara ser parceira no projeto “lanche.come”, ou seja, não nos substituindo aos encarregados de educação nesta parte de dar o lanche e sabendo nós que há muitos pais que enviam para a escola os seus educandos com lanches muito pouco saudáveis, alertar para esse facto, ajudando os pais a perceber quais são as escolhas corretas para os seus educandos e ter esta ação até mais junto das crianças para que elas próprias percebam o que é ter ou não um lanche saudável. E isto verifica-se também com o almoço: nós seguimos todas as regras que são impostas pela Direção Regional do Centro, pelos nutricionistas, e continuamos a ter pais que consideram que a comida não é boa no Centro Escolar e eu tenho a certeza que a comida é boa, porque eu vou lá várias vezes certificar-me disso. Há coisas que nunca vamos conseguir ultrapassar, pois há sempre miúdos que não gostam disto ou daquilo. Agora, a nossa função é fazer chegar a alimentação às crianças da melhor forma, com a melhor qualidade possível e de forma saudável.” Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Pediu para se corrigir na ata “degradação eleitoral” por “desgaste eleitoral”. Esclareceu também que não se considera vencedor antecipado de coisa nenhuma, muito menos das marchas. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse que há um ano atrás o PSD responsabilizou o Presidente da Câmara pelos incêndios e continua a dizer que foi muito bem responsabilizado, pois se era o homem da Proteção Civil não podiam responsabilizar outra pessoa. Relativamente à loja do agricultor, referiu que na altura o que lhe foi esclarecido foi que era uma loja de promoção da agricultura e dos produtos da região e que o



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinho, do qual é produtor, que está na loja é um produto para promoção e que se a Câmara Municipal o quiser vender, que não se importa, antes pelo contrário, que do seu ponto de vista era uma loja de promoção de produtos e não uma loja concorrencial com as outras lojas do concelho. Perguntou também quantos cabazes e garrafas de vinho é que a loja já vendeu, pois se isso é a lógica, do seu ponto de vista foi uma má opção. Perguntou ainda quem é responsável da loja, se é a Associação de Artesãos ou se é a Câmara Municipal. Sobre a máquina ser conduzida por um cidadão que nada tem a ver com a Câmara Municipal, perguntou ao Presidente da Câmara se assume a responsabilidade política, moral ou económica e na eventualidade de acidente, disse que gostaria de ser devidamente esclarecido por técnicos com conhecimento nessa matéria e até que ponto irá responsabilizar o Presidente dessa Junta. Sobre a obra inaugurada em homenagem aos bombeiros pela Câmara Municipal, referiu que todos os municípios de S. Pedro do Sul gostariam de estar na respetiva placa, pois todos agradecem tudo o que é feito em prol do concelho, e que esta é que era de facto a homenagem que cairia bem. Para terminar e relativamente ao parque infantil que foi feito naquele espaço, perguntou se tecnicamente e a nível legal o mesmo está conforme as regras específicas e se obedece ao que está estabelecido por lei. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Lamentou a situação da Zona Industrial de Pindelo dos Milagres pois esperava que fosse um novo alento para o concelho. Relativamente ao lanche saudável, disse o seguinte: “Eu sou apologista, defendi e defendo, desde o primeiro momento em que os meus filhos tiveram idade para integrar a escola pública, que a questão do lanche é uma questão de igualdade, tal e qual como o almoço, gostem ou não gostem. Sei que há um controlo alimentar da alimentação que ali é prestada e o lanche seria exatamente a mesma coisa, era uma questão de igualdade.” Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Respondeu as pessoas são livres para escolherem o que querem para os seus filhos, que nunca irá conseguir obrigar todos os pais a fazerem com que os seus educandos lanchem, que uma coisa é as crianças que não querem almoçar na cantina, saírem e irem almoçar a casa, à Misericórdia, à MUT, sendo que com o lanche não poderia ser assim, as crianças saírem por 10 minutos para irem lanchar, ou seja, ao lanche não consigo garantir essa igualdade. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Usou novamente da palavra para dizer que, relativamente ao cumprimento do Decreto-lei n.º 17/2009 no que respeita ao Município ser uma das identidades que fiscaliza as faixas de gestão de combustível, o Município de S. Pedro do Sul está muito à frente relativamente a outros municípios, que há municípios que ainda não estão sequer a cumprir essas competências e a questão da substituição ao proprietário é uma questão que também está prevista na legislação e já era feita anteriormente. Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, José Luís Figueiral Morujão (PSD): Referiu que o investimento para o saneamento da sua freguesia foi de 380 mil euros e não de 500 mil euros e que a Câmara Municipal pagará 15%. Disse ainda que foi vendido o jardim de infância de Bordonhos pelo valor de cerca de 60 mil euros, que corresponde ao valor dos 15% referentes aos cerca 400 mil euros do investimento, e que a Junta de Freguesia comprou o terreno e com os seus próprios dinheiros ajudou na construção. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, referiu ter errado um bocado nas contas, uma vez que só falou na obra do saneamento, dizendo que: “Neste momento, para Bordonhos, está englobado a obra da ETAR, que não é só a construção do edifício, mas a construção de emissários, que vão até Pinho, vão até Arcozelo, vão até Pouves, vão até Bordonhos; as centrais elevatórias que estão



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

construídas nesse espaço; as condutas que vêm de Bordonhos para baixo.” Lembrou ainda que o anterior executivo aderiu a um programa que se chama PAEL em que uma das coisas que a Câmara Municipal tinha que fazer era vender património, pelo que vendeu precisamente aquele que entendiam que fazia menos falta e foi vendido, porque foi obrigado a vender. Em resposta ao Deputado António Lopes Ribeiro, referiu que o mesmo foi ridículo nas intervenções que fez, dizendo-lhe o seguinte: “Quando falou na placa da estátua colocada no estacionamento que tem o meu nome, quero dizer-lhe o seguinte: foi este presidente, Vítor Figueiredo, que fez com que aquela estátua fosse ali construída e paga por alguém, não saiu dinheiro do Município, portanto, se o nome está lá, está lá muito bem. Eu quero recordá-lo que também há uma placa com o nome do meu antecessor colocada numa estátua em frente ao Shopping e que, diga-se de passagem, essa estátua até hoje nunca foi paga. O senhor preocupa-se em ver um nome numa estátua e não se preocupou, na altura própria, com uma estátua que não foi paga. O senhor acusou-me aqui hoje de, enquanto responsável da proteção civil, ser o causador do incêndio que queimou não sei quantos hectares. Mas o senhor sabe o que eu fiz para que aquele incêndio fosse parado mais cedo; sabe os contactos que fiz junto do Secretário de Estado; sabe quem é que fez com que os aviões cá estivessem; sabe quem fez com que os bombeiros de todo o País viessem para cá. Eu estive naquela frente de fogo desde a primeira hora, estive aqueles dias todos sempre no posto de comando, junto dos bombeiros; fizemos tudo o que os bombeiros nos pediram; fizemos tudo aquilo que nos foi possível; não houve mortes em S. Pedro do Sul; a Proteção Civil funcionou. Houve aqui Presidentes de Junta que também estiveram envolvidos e quero dar-lhes os parabéns, pois muitos deles também não dormiram, ao contrário do senhor que a si nunca o vi lá no fogo.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu que o facto do Deputado António Lopes Ribeiro estar sempre com indiretas, sobretudo quando estão a falar e mesmo quando estão a responder a outras pessoas, eles são obrigados a responder, que foi prática faltar à educação em relação a eles durante estes quatro anos, pelo que lhe disse frontalmente que ele é mal-educado. Relativamente à loja do agricultor respondeu-lhe o seguinte: “O senhor, enquanto Deputado Municipal, tem acesso à deliberação, que é pública, do protocolo celebrado para a abertura daquela loja, aprovado por unanimidade pelo seu partido portanto não venha dizer que não sabe quem manda. Foi nossa opção ajudar os agricultores e colocar lá também os produtos à venda, pois eu não vou pedir a um agricultor para ter lá as couves postas até secarem ou o feijão a secar; o vinho pode lá estar exposto durante algum tempo que não se estraga. De facto, este mercado tem fruta, tem legumes, tem doces, que também existem noutros sítios, mas a concorrência é salutar para todos. Nós temos que ajudar os nossos pequenos agricultores e podem-se de facto fazer melhorias. Relativamente à acusação muito grave que fez a respeito de um hipotético motorista que andaria a conduzir uma máquina da câmara, o senhor tem que ser concreto, tem que mandar para a câmara um ofício a comprovar o dia, o local, a Junta de Freguesia e a pessoa que andava a conduzir uma viatura da Câmara Municipal, e depois nós vamos averiguar se essa pessoa tem alguma ligação profissional à Câmara Municipal. Não se esqueça que há pessoas que têm feito CEI e CEI+, quer na Câmara, quer na Junta de Freguesia, para colmatar algumas faltas de pessoas em determinadas funções. E se tem dúvidas quanto ao parque infantil, que foi homologado e faz parte de uma candidatura financiada a 85% e que é verificada ao pormenor quer pela CIM quer pela CCDR, faça também essa observação por escrito.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Em resposta ao Presidente da Câmara, disse que não lhe admitia, nem como Presidente da Câmara nem como



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pessoa, que o chamasse de ridículo, que devia ter um tipo de linguagem acessível ao lugar que ocupa ou então que peça a demissão, até porque está em campanha eleitoral e não lhe fica bem chamar a um munícipe de ridículo. Relativamente à loja, disse ter sido opção do executivo e que só se limitou a manifestar o seu desacordo. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado a seguinte intervenção: -----

Camilo Cruz: Relativamente ao ponto 4.3 dos assuntos da Ordem do Dia, fez a seguinte intervenção: “Antes de mais quero exaltar a Câmara Municipal por esta obra e que todos nós iremos beneficiar e por isso, em meu nome Sr. Presidente, os meus agradecimentos. A minha família tinha e tem na Pedreira uma propriedade que ia do antigo Mirante até onde se pretende instalar a obra do quartel dos bombeiros. Em 1999 vendeu-se parte da parcela, cerca de 6.000 metros ao anterior executivo para requalificação da estrada; a nossa matriz nas finanças é de 20.282 metros e tendo nós vendido 6.000 metros ao interior executivo, falta-nos cerca de 1500 metros. Num pré-projeto que tenho e que me foi facilitado pela Câmara, à qual eu agradeço, somos contemplados com dois lotes ou duas áreas, uma de 3.212 metros e outra de 924 metros, o que não corresponde à verdade. Há aqui uma colisão entre a Câmara Municipal e a minha família e o que nós pedimos é que seja feita reposição dos marcos. Nós realmente queremos que o quartel seja feito o mais breve possível, mas também queremos repor a verdade, porque de dois hectares ficarmos reduzidos a 500 metros não pode ser.” Presidente da Câmara Municipal:

Informou que neste momento existem técnicos municipais a tratar do assunto e que estão a trabalhar para saber concretamente o que é do munícipe e o que é da Câmara Municipal. Disse também que a área que consta da matriz, não quer dizer que corresponda à realidade, que as matrizes têm todas áreas diferentes, uns para mais outros para menos, mas que terão que considerar aquilo que lá está. Camilo Cruz: Referiu que na anterior câmara fizeram uma medição e que eram 26.000 metros. Presidente da Câmara Municipal: Informou que o anterior executivo chegou ao ponto de fazer um projeto de obras, de um loteamento numa zona REN, onde não era possível fazer lotes, dizendo que o munícipe podia lá comprar lotes para construir casas, quando tal não é permitido pelo PDM. Camilo Cruz: Retorquiu que aquilo que a família pretende é só a demarcação com marcos, que esquece os 26.000 metros e quer somente os 20.000 metros, que é o que está na matriz. Disse que não podem permitir que se faça ali um quartel onde confinem com a Câmara Municipal e possam ser ignorados. Presidente da Câmara Municipal: Disse que a Câmara Municipal tem um levantamento topográfico que confirma as medições dadas, que têm matrizes que dizem que a propriedade da Câmara Municipal tem x de área, e que têm que chegar a um entendimento no sentido de fazer a divisão correta do lote. Presidente da Assembleia Municipal: Usou da palavra dizendo que irá promover uma reunião entre os técnicos de ambas as partes que estão a acompanhar o referido projeto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do Dia**: -----

#### 4.1 INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

Foi presente a informação referida em epígrafe e não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise no ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**4.2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2": -----**

Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço: Sobre este assunto fez o seguinte esclarecimento: "O objetivo, como o próprio nome indica, é a criação de uma rota dos municípios por onde passa a Estrada Nacional 2, penso que tem mais de 700 km e que vai desde Trás-os-Montes ao Algarve. No fundo o que se pretende é que os atrativos turísticos que existam ao longo desta estrada sejam potenciados. No caso de S. Pedro do Sul, nós entramos porque a Estrada Nacional 2 passa a menos de um quilómetro do nosso concelho, mesmo na extremidade do nosso concelho, na zona de Rio de Mel e nós achamos que não temos nada a perder. Eles vão elaborar um conjunto de guias turísticos, de passaportes, para que, por onde as pessoas passem, levem carimbos a confirmar que passaram na Estrada Nacional 2. O único custo associado é a quota anual, como qualquer outra adesão a uma associação, mas nós achamos que, ainda assim, é vantajoso e não temos nada a perder, porque vamos estar integrados nesta rota da Estrada Nacional 2." Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

**4.3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO": -----**

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

**4.4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PEDIDO DE CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE AVIÁRIO NO LUGAR DE SOBRAL, FREGUESIA DE PINHO":-----**

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

**4.5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016": -----**

Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu terem melhorado todos os resultados financeiros, que a dívida em quatro anos baixou aproximadamente 8 milhões de euros: baixou 9% de 2016 para 2017, continuando a baixar; de 2014 para 2015 baixou 12% e de 2015 para 2016 baixou 9%, havendo uma diferença de 3% mas que continua a trajetória descendente. Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**4.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL":** -----

Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço: Sobre este assunto esclareceu que o mesmo tem a ver com uma questão interna de uma Técnica Superior com habilitações para o efeito e que é um lugar que, por lapso, não foi consagrado no quadro do pessoal para este ano. Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

**4.7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL":** -----

Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço: Relativamente a este assunto esclareceu que o contrato anterior foi por 3 anos, tendo expirado a 30 de junho, pelo que tiveram que lançar novo procedimento. Informou ainda que o Auditor que ganhou trabalha com outros municípios e que o Município de S. Pedro do Sul vai passar a pagar 15 mil euros em vez dos 22 mil euros que pagava. Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

**4.8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2017":** -----

Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, António Jorge Martins de Oliveira, (PSD): Perguntou ao Presidente da Câmara se vai continuar a estrada que liga a Torre à EN 228 e se vai ser feita a estrada que liga Vila Nova à Torre, questionando ainda sobre a situação do saneamento da sua freguesia. Disse ainda que uma vez que não se sabe se vai haver ou não sessão no mês de setembro, tendo em conta a realização do ato eleitoral no próximo dia 1 de outubro, agradeceu a toda a colaboração tida com a Junta de Freguesia de S. Félix. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu dizendo que a estrada de Nespereira é uma obra que é para ser realizada a muito curto prazo, está entregue ao empreiteiro que anda neste momento na estrada que liga Pinho aos Barreiros de Vila Maior e que a qualquer momento irá para a estrada de S. Félix. Quanto à estrada que liga Vila Nova à Torre, disse constar do Plano de Atividades, que foi feito o levantamento topográfico e o projeto, que neste momento é possível ser lançado o respetivo concurso, mas que a Câmara Municipal não tem, para já, condições financeiras para lançar a obra, sendo que assim que tiver suporte financeiro, se não for até ao fim do mês de outubro, irá realizá-la logo de seguida. Relativamente ao saneamento, referiu que o mesmo não estava previsto para este ano. Referiu ainda que esta retificação ao Orçamento tem a ver com a chegada de candidaturas aprovadas e que, se aparecerem mais candidaturas aprovadas, terão que voltar a fazer nova alteração ao orçamento. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----



## **MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 12 horas e 55 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Srs. Presidente e Secretários da Mesa.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**

**OS SECRETÁRIOS,**